

Políticas de Ação Afirmativa no contexto escolar: percepções dos estudantes de uma escola pública de Mato Grosso

Affirmative Action Policies in schools: perceptions of students from a public school in Mato Grosso

Domênico dos Santos Médici¹

Vitoria da Silva Miranda²

Marcelo Franco Leão³

Resumo: O objetivo deste estudo foi investigar as percepções dos estudantes de uma escola pública mato-grossense sobre políticas de ação afirmativa voltadas ao ingresso de estudantes negros na universidade. Esse estudo descritivo e exploratório ocorreu em 2019 e investigou 54 estudantes do Ensino Médio, período matutino, da Escola Estadual Professora Maria Esther Peres, localizada em Vila Rica/MT. Para coletar dados, foi utilizado um formulário com questões fechadas sobre suas características socioeconômicas, as concepções que possuem sobre políticas afirmativas, racismo e sistema de cotas, bem como as perspectivas de ingresso no Ensino Superior. Verificou-se que ampla maioria já presenciou situações de racismo, menos da metade conhece alguma política de ação afirmativa, menos da metade deles utilizaria política de cotas e as consideram efetivas para o acesso de jovens afrodescendentes no Ensino Superior. Logo, é preciso avançar nessas discussões sobre o assunto.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Preconceito. Reparação.

Abstract: The aim of this study was to investigate the perceptions of students from a public school in the Brazilian state of Mato Grosso on affirmative action policies aimed at black students' admission to the university. This descriptive and exploratory study took place in 2019 and investigated 54 high school students, in the morning period, from the "Professor Maria Esther Peres" state-run school, located in the Mato Grosso city of Vila Rica. To collect data, a form was used with closed questions about their socioeconomic characteristics, their conceptions about affirmative policies, racism, and the quota system, as well as the prospects for entering Higher Education. It was found that most of them have already witnessed situations of racism, less than half know some affirmative action policy, and less than half of them would use quota policies and consider them effective for young African descendants to access Higher Education. Therefore, it is necessary to move forward in these discussions on the subject.

Keywords: Public Policies. Education. Prejudice. Redress.

¹ Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário de Volta Redonda UNIFOA (2004/2). Pós-Graduação em Educação Física Escolar. Professor da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (SEDUC). E-mail: domenicoeducacaofisica@hotmail.com

² Estudante de Graduação no IFMT. E-mail: vitoriasilvimiranda1506@gmail.com;

³ Doutor em Educação e Ensino de Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Mestre em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari (2014). Atua no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Campus de Confresa/MT e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE - IFMT). E-mail: marcelo.leao@cfs.ifmt.edu.br

Reflexões iniciais

A sociedade brasileira é fruto da miscigenação entre as matrizes indígenas, luso-açorianas e africanas. Mesmo diante de toda multidiversidade que compõe a sociedade brasileira, muitos espaços ainda são ocupados majoritariamente por pessoas brancas, fato que acirra os problemas sociais que precisam ser superados pela sociedade brasileira. De acordo com Diangelo (2020, p. 40): “Raça é uma ideia social em evolução, para legitimar a desigualdade racial e proteger os privilégios dos brancos”.

Na realidade, o Brasil possui um racismo estrutural que banaliza as desigualdades sociais. Nesta vertente de pensamento, Ribeiro (2019, p. 39) afirma que o “racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo que cria uma ideologia de opressão a ele”. Assim, dentre os muitos desafios impostos, um deles que precisa ser superado com urgência é o racismo. Neste sentido, é cada vez mais necessária a desconstrução do ideário social equivocado, que hierarquiza as pessoas de acordo com suas características físicas, e que não oferece as mesmas condições e oportunidades a negros e indígenas.

Ao analisar essa temática no contexto educacional, constata-se que a maioria dos estudantes que abandonam, evadem ou reprovam nas escolas são negros; também é este o público com maior índice de analfabetismo. O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) divulgou a Contínua Educação 2019, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), documento que aponta que 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pretos ou pardos. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. Deste modo, é possível afirmar que o estado não estende o direito a educação a todos.

Quando se estende esta análise para as Instituições de Ensino Superior (IES), observa-se que nas últimas décadas houve mudanças por meio de políticas públicas e, dentre elas, destaca-se um conjunto de políticas públicas que acenam para a redução das desigualdades e as condições de acesso. Entre as principais políticas de ação afirmativa voltadas ao acesso e permanência dos jovens nas IES temos: Programa Universidade para todos (ProUni), constituído pela lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007; Fundo de

Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999. Outra política relevante e, talvez, mais polêmica envolvendo a temática foi o sistema de cotas, implantado em 2012, que foi regulamentado pela Lei 12.711, a chamada Lei de Cotas, voltada para estudantes da rede pública em instituições de ensino superior federais, com reserva de vagas para candidatos de baixa renda, e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Cabe ressaltar que as políticas públicas de ação afirmativa consistem em ações compensatórias que buscam a correção de uma situação de discriminação e desigualdade em que se encontram determinados grupos sociais. Diante disso, surgem alguns questionamentos sobre a efetivação de tais medidas e como é visto o sistema de cotas na escola pública em relação ao ingresso dos estudantes do Ensino Médio nas universidades, objetivo deste estudo que procurou investigar as percepções dos estudantes de uma escola pública mato-grossense sobre políticas de ação afirmativa voltadas ao ingresso de estudantes negros na universidade.

Discursos teóricos sobre a temática

Considerando o contexto histórico brasileiro, alguns fatores precisam ser considerados para que se possa compreender a atual conjuntura social e o contexto da luta encampada por parte da sociedade a fim de promover uma reparação histórica quanto à população negra. Ao observar a estrutura da sociedade brasileira, Vellozzo e Almeida (2019, p. 2142) ressaltam que “dos cerca de 12 milhões de escravizados trazidos para a América mais de 5 milhões vieram para o Brasil”. Ou seja, um número expressivo de pessoas foi retirado de sua nação para serem escravizadas por outras nações e, deste modo, perderam todos seus direitos, inclusive, a própria identidade. Como se não bastasse, a sociedade brasileira assume uma postura de negação de direitos do povo negro, além da invisibilidade. De acordo com Duarte, Scotti e Netto (2015), o estado brasileiro, em 1938, sob o comando do naturalista alemão Von Martius, propôs a reconstituição da história oficial de modo que atendesse as expectativas da elite. Os critérios adotados para a construção da história oficial do Brasil são firmados sob o alicerce da hegemonia branca e hierarquização das raças. Segundo os mesmos autores, foram estabelecidos os paradigmas de construção histórica, que deveriam caminhar no sentido de abarcar as três raças, posicionando o português como o herói que assegurou os princípios morais do Brasil, bem como a sua elevação à condição de nação. Essa hierarquização ainda está muito presente no

ideário da sociedade brasileira, inclusive, continua a ser reproduzida na escola e em seus materiais didáticos.

Frente a essa problemática, foi traçada uma história de luta e resistência dos negros no Brasil. Com a assinatura da Lei Áurea não houve a abolição da escravatura, uma vez os escravos se viram livres do jugo dos seus senhores, do trabalho forçado e dos castigos cruéis no tronco e nas senzalas, aos quais foram submetidos desde o descobrimento do Brasil (MONTEIRO, 2012). Assim, foram submetidos a condições desumanas, sendo despejados sem qualquer proteção do estado em relação a direitos básicos: moradia, educação, saúde. Diante dessa realidade, restou a esta população a submissão, opressão e exploração por parte da elite brasileira que continuou escravizando esta população, submetendo-a a trabalhos degradantes e com baixa remuneração. Todavia, a população negra nunca foi libertada do jugo da escravidão. Sempre foi alvo de injustiças sociais, abandonada pelo estado, e não recebeu garantias de sobrevivência. Tampouco, houve qualquer ação de políticas públicas em seu favor de sua liberdade e emancipação. Pelo contrário, os negros foram expulsos das fazendas onde tinham, em condições desumanas, um teto onde dormir e alimentação, mesmo que escassa, como aponta Monteiro (2012, p. 361):

Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Os que não quiseram permanecer na atividade agrícola migraram dos campos para os grandes centros à procura de emprego, precários em sua grande maioria, inaugurando, dessa forma, a mão de obra marginalizada. O mercado de trabalho nas capitais não conseguiu absorver todo o contingente, o que levou, naturalmente, a um grande o número de desempregados e subempregados. Assim, os negros foram considerados preguiçosos, malandros e vadios pelas elites, juízos de valor que, em certa medida, persistem, numa evidência de que o preconceito é continuamente alimentado por uma situação de inferioridade.

Neste sentido, foi reforçada a ideia de inferioridade como destaca o autor e isso se dá também devido à falta de instrução e o analfabetismo presente entre esta população, sendo fatores determinantes na constituição das classes sociais. Sendo assim, era necessário adaptar-se ao mercado de trabalho ocupando os postos que exigiam menor capacidade intelectual. Foram inúmeras as tentativas da sociedade em tentar comprovar a incapacidade intelectual da população afrodescendente para poder justificar a desigualdade social cada dia mais evidente no cenário social brasileiro; inclusive, recorreram a uma corrente científica advinda da Europa que ressaltava a superioridade dos indivíduos

brancos sob os mais diversos aspectos: beleza, força e inteligência (XAVIER, 2006). A elite brasileira procurava justificar o conceito de “raça” sob uma óptica eugenista que destaca a superioridade da raça branca, com a manutenção de privilégios, e era facilmente justificada e aceita de forma passiva sem questionamento. Logo, é possível afirmar que, superada a escravidão, a população afrodescendente se depara com um desafio maior: o racismo. Conforme ressalta Campos (2009, p. 01):

Mesmo 120 anos após a abolição do escravismo, a população negra continua vivendo, em sua maioria, em condições de existência marcadas pela exclusão social, desmentindo, por completo, o mito da democracia racial, que mantém a ideia de que o Brasil é uma sociedade - “paraíso racial” - sem barreiras legais que impeçam a ascensão socioeconômica de pessoas de cor. Tal constatação, por fim, nos leva a um profundo questionamento sobre a orientação das políticas públicas e das agendas de pesquisas sociais em nosso país que insiste em ignorar os efetivos problemas vivenciados pelos afrodescendentes brasileiros.

Em outras palavras, é possível constatar que o racismo no Brasil está imbuído no ideário social, por meio do mito da democracia racial. Sobre o assunto, Campos (2009) afirma que, embora tenha sido associado à escravidão, o racismo firma-se após a abolição, período em que ele é estruturado como discurso baseado nas teses da inferioridade biológica dos negros. Segundo o autor, o racismo se difunde no país com o ideário de hierarquização das raças para a interpretação do desenvolvimento nacional sob alegações vagas da meritocracia que pretende estabelecer relação entre mérito e esforço individual. Corroborando com essa afirmação, Munanga (2004), afirma que o Brasil vive o mito da democracia racial e, deste modo, não se debruçou sobre o tema a fim de promover ações voltadas à equidade.

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (MUNANGA, 2004, p. 11).

Ao se negar ao debate, o Brasil atrasa a construção de políticas públicas voltadas à reparação histórica e, com o passar dos anos, observa-se o aumento das desigualdades no contexto educacional brasileiro que reflete o contexto social. Comumente, ao adentrar em uma escola pública, é perceptível a

predominância de afrodescendentes, enquanto nas universidades observava-se o contrário.

Estudos do IBGE e do IPEA não deixam incertezas quanto à magnitude da problemática referente à exclusão do negro, ou seja, dos pretos e mestiços na sociedade brasileira. Pesquisadores associam esse fato aos indicadores econômicos, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região, ao longo de mais de 70 anos (MUNANGA, 2004).

Após décadas de omissão, são criadas políticas de ação afirmativa, pois as diferenças precisam ser consideradas, respeitadas e valorizadas. Algumas dessas políticas foram implantadas nas últimas duas décadas, a exemplo da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o estudo da temática na Educação Básica, e da Lei nº 12.711/2012, que adota o sistema de cotas raciais, política essa reparatória, porém muito criticada por uma parcela da sociedade. Essas políticas de ação afirmativa, apesar de recentes na história de nosso país, são fundamentais na construção de uma ideologia antirracista. No entanto, garantir o acesso à Educação Básica não é o suficiente para o indivíduo conseguir profissionalizar-se, emancipar-se e exercer a profissão que ele possa escolher. A formação em nível superior é fundamental para que o indivíduo exerça a cidadania com autonomia. Munanga (2004) destaca que as políticas de ação afirmativa encontram resistência em uma parcela da população, sendo que qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista como a sociedade brasileira:

O uso desse instrumento seria transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade global na construção de sua democracia e plena cidadania. Paralelamente às cotas, outros caminhos a curto, médio e longo prazos projetados em metas poderiam ser inventados e incrementados. Tratando-se do Brasil, um país que, desde a Abolição, nunca assumiu o seu racismo, condição *sine qua non* para pensar em políticas de ação afirmativa, os instrumentos devem ser criados através dos caminhos próprios ou da inspiração dos caminhos trilhados por outros países em situação racial comparável. (MUNANGA, 2004, p. 34).

Considerando o exposto, fica evidente que historicamente os negros foram desfavorecidos quanto ao ingresso e permanência nas escolas e, conseqüentemente, das IES, o que contribuiu significativamente para a sua exclusão social. A escola pública é um espaço importante para a emancipação

social, sendo que é a escola pública que acolhe, principalmente, crianças e jovens das camadas populares oriundas de famílias que possuem menor poder aquisitivo. No entanto, não basta apenas inserir o estudante na escola para alfabetizá-lo apenas; é preciso avançar no sentido de oferecer condições para que haja a emancipação do indivíduo. Paulo Freire (2018, p.34) adverte que “preparar para a democracia não é apenas converter o analfabeto em eleitor”, mas emancipá-lo como sujeito crítico para ocupar todos os espaços da sociedade, e isso se dá por meio do acesso à educação e à permanência.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2019, com 54 estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Maria Esther Peres, localizada no município de Vila Rica/MT. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, mesmo valendo-se de dados numéricos, que buscou compreender e analisar um fenômeno social por meio de um conjunto de técnicas e métodos. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um formulário eletrônico constituído por questões fechadas sobre as percepções desses estudantes sobre as políticas de ação afirmativa no contexto escolar. No intuito de identificar os sujeitos da pesquisa, elaborou-se a primeira parte deste formulário com 6 perguntas sobre os seguintes aspectos: sexo, idade, cor da pele, naturalidade (região), se exerce atividade trabalhista e quantidade de pessoas que residem em casa. Os dados foram inseridos no Quadro 1.

Quadro 1 – Características dos estudantes investigados

Sexo	%	Idade	%	Cor da pele	%	Naturalidade/Região	%	Trabalho	%	Nº de pessoas residem na casa	%
Feminino	66%	15 anos	22%	Parda	60%	Centro Oeste	78%	Não	54%	02 pessoas	17%
Masculino	34%	16 anos	11%	Negra	25%	Norte	22%	Sim	46%	03 pessoas	53%
		17 anos	31%	Branca	15%					04 pessoas	23%
		18 anos	25%							05 pessoas	07%
		19 anos	11%								

Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2019)

Dos estudantes investigados, 66% são do sexo feminino e 34% do sexo masculino. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2000), as mulheres são maioria entre os

alunos do ensino médio e do Ensino Superior e entre os alunos da 5^a a 8^a série do Ensino Fundamental. Em 1998, elas somavam 56% do total de estudantes matriculados no Ensino Médio e 54% dos estudantes do Ensino Superior. Entre os concluintes, elas também são maioria. Em 1998, eram do sexo feminino 53,6% dos estudantes que concluíam o Ensino Fundamental, 58,5% do Ensino Médio e 61,4% do Ensino Superior.

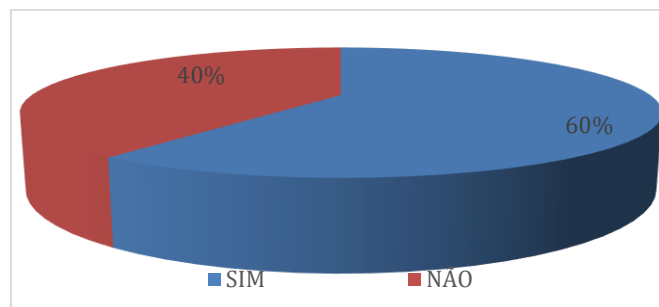
A faixa dos entrevistados etária está entre 15 e 19 anos, sendo que 22% está com a idade de 15 anos, 11% com 16 anos, 25% com 18 anos e com 11% 19 anos. Entre os entrevistados, a maioria possui 17 anos de idade 31%, e está no 3º ano do Ensino Médio, ou seja, já possuem a preocupação de projetar sua vida fora do ambiente escolar. Nesse sentido, um dos questionamentos frequentes é a continuidade dos estudos e o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O mesmo instrumento de coleta de dados (formulário eletrônico) foi constituído por uma segunda parte, sendo que as perguntas serviram para aprofundamento no tema sobre as percepções desses estudantes a respeito das políticas de ação afirmativa no contexto escolar. As perguntas foram: 1- Na sua família tem pessoas com Diploma de Nível Superior? 2- Qual a renda familiar? 3- Quantas pessoas trabalham na sua casa? 4- Você já presenciou situações de racismo? 5- Conhece ou já ouviu falar sobre “Políticas de ação afirmativa”? 6- Conhece a Políticas de cotas? 7- Pretende ingressar em uma faculdade utilizaria políticas de cotas? 8- Tendo em vista os fatos históricos, as políticas de ação afirmativa são efetivas em solucionar as dificuldades de estudantes de escolas públicas para ingressar em universidades? Após a coleta dos dados, foi realizada a tabulação destes. Na sequência houve discussões sob a luz do referencial teórico utilizado.

Resultados e Discussão

Um primeiro aspecto questionado refere-se à conclusão do Ensino Superior pelos membros da família. Os dados foram tabulados e são apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Integrantes da família com Diploma de Nível Superior

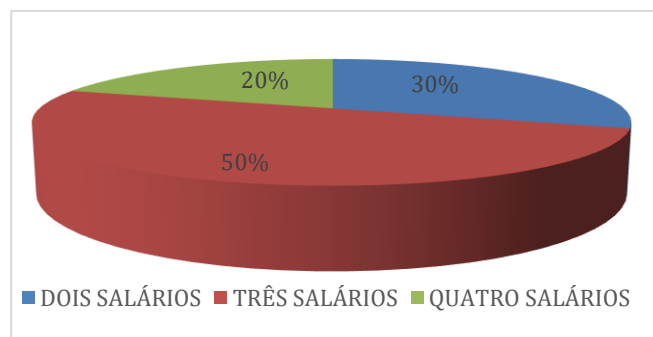


Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Percebermos que 60% dos investigados possuem ao menos uma pessoa do grupo familiar com Diploma do Ensino Superior, porém para 40% ninguém da família conseguiu cursar uma graduação. Este índice pode ser considerado elevado, pois, de acordo com a pesquisa apresentada pelo IBGE (2018), a maioria dos cargos de gerenciamento são ocupados por brancos que possuem Ensino Superior, sendo estes quase o dobro do percentual de pretos ou pardos. Sem contar que este desfavorecimento provoca sérios danos, a exemplo, estarem abaixo da pobreza ou, ainda, maior taxa de analfabetismo, menor representação política na câmara dos deputados e maior taxa de homicídios; em relação a este último, os homens são a grande maioria.

Outro aspecto investigado foi a renda familiar. Os resultados estão expressos na Figura 2 e foram apresentados em número de salários mínimos por família, ou seja, esses dados foram reportados pelos estudantes do ensino público de uma escola de Educação Básica do ensino público de Mato Grosso.

Figura 2- Renda familiar



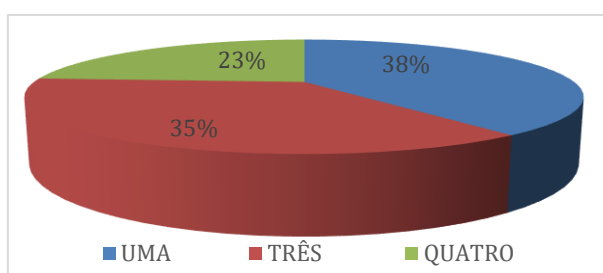
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Quando cruzamos tais resultados com o a cor da pele, podemos observar

que a faixa salarial das pessoas brancas sobressai em relação às de pele preta ou parda. Segundo Munanga (2004), o Brasil vive o mito da democracia racial e deste modo não se debruçou sobre o tema para promover ações voltadas à equidade. Acreditamos que, por este motivo, haja discrepância entre os salários, levando-se em consideração o número de trabalhadores em um mesmo lar prontos a contribuir com a renda familiar; um pai de família pode ter dificuldades financeiras, o que promove ainda mais a desigualdade quando os jovens deixam a escola ou não ingressam na universidade para poder contribuir com a renda familiar.

Um terceiro aspecto analisado é referente à quantidade de pessoas que trabalham na família. Os dados foram tabulados e são apresentados na Figura 3.

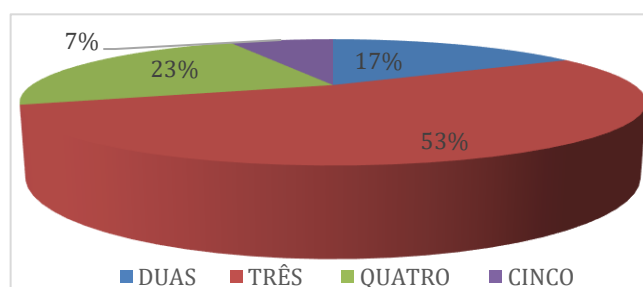
Figura 3 – Quantidade de pessoas que trabalham na família



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no país (CUNHA, 2002). Porém, como vimos em gráficos anteriores nessa pesquisa, poucos deles ocupam cargos de alto escalão. Outro aspecto analisado foi o número de pessoas que residem na mesma casa. Os resultados podem ser observados na Figura 4. Observaremos no gráfico a seguir as respostas ao questionamento sobre, as respostas foram as seguintes:

Figura 4 – Quantidade de pessoas que residem na mesma casa

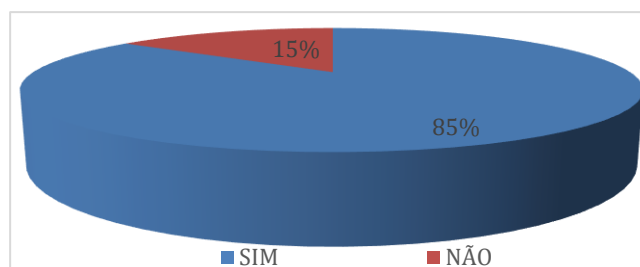


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Percebe-se que o número de membros das famílias varia entre duas a cinco pessoas, e quase todos trabalham para complementar a renda, haja visto que os salários são relativamente baixos, como vimos na Figura 2. Em se tratando do contexto da escola pública, na qual a quantidade de negros é considerável, ressalta-se ainda mais a função da escola: a formação integral do sujeito. No entanto, podemos destacar que a mesma escola que representa tanto para a construção da sociedade apresenta inúmeros problemas estruturais, bem como outros problemas que interferem na qualidade de ensino ofertada pela escola pública. Nesse sentido, é possível apontar que este público se encontra em desvantagem em relação àqueles que vêm da rede particular de ensino, e por isso o processo seletivo aplicado passa a ser excludente (CHIAVENATO, 1999).

Ao serem questionados sobre as relações étnico raciais e o preconceito, os estudantes afirmaram já ter presenciado situações de racismo e percebemos ainda hoje que existem estes comportamentos, inclusive velados. Os dados para tal questionamento estão contidos na Figura 5.

Figura 5 – Já presenciou situações de racismo



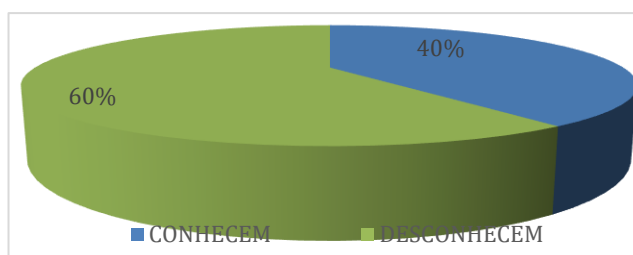
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

É triste essa realidade, mas não é surpreendente que 85% dos investigados já presenciaram situações de preconceito e uma pequena parcela de 15% afirma não ter presenciado. Infelizmente os negros sempre foram alvo de injustiças sociais, preconceito e discriminação, e são abandonados pelo estado ao não ter as mesmas condições e garantias de sobrevivência e, tampouco, qualquer ação de políticas públicas em favor de sua liberdade e emancipação. Pelo contrário, foram expulsos dos locais em que viviam, foram escravizados em condições desumanas, sem ter um teto onde dormir e nem condições de alimentação adequada; e como se não bastasse, ainda hoje sofrem com o preconceito e a exclusão (MONTEIRO, 2012).

Outro questionamento foi referente ao conceito de políticas de ação

afirmativa, ou seja, se os estudantes conheciam ou já tinham ouvido falar sobre o assunto. Os dados coletados para tal pergunta foram tabulados e seguem na Figura 6.

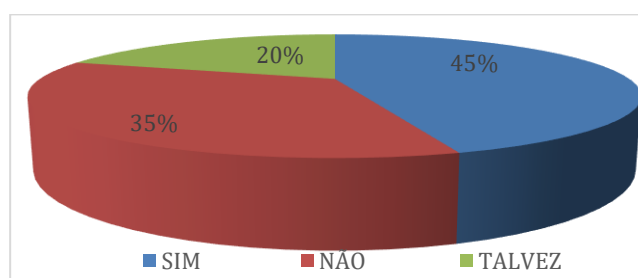
Figura 6 - Conhecem ou já ouviram falar de “Políticas de Ação Afirmativa”



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A pesquisa apontou que 40% dos entrevistados conhecem ou já ouviram falar sobre “políticas de ação afirmativa”, mas a grande maioria de 60% dos entrevistados nunca ouviu falar, ou seja, ainda falta conhecimento sobre estas políticas de grande importância no atual cenário político brasileiro. Levando em consideração as políticas de cotas efetivas para solucionar as dificuldades de ingresso nas universidades, questionamos os investigados sobre o conhecimento das políticas de cotas. Somente 50% deles sabiam o que era e tinham conhecimento sobre o assunto. Porém, ao serem questionados se usariam as cotas, os dados foram os seguintes (Figura 7):

Figura 7 - Utilizariam políticas de cotas



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

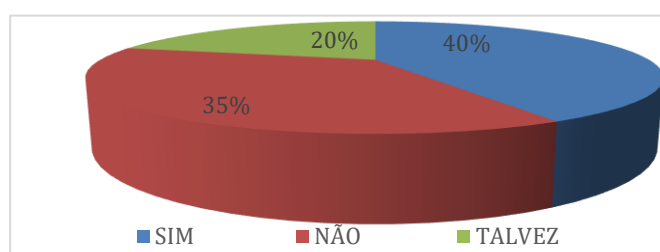
Entendamos, 45% acreditam que utilizariam as políticas de ação afirmativa, porém, uma parte dentre os pretos ou pardos, ou seja, 35% não utilizariam as políticas de ação afirmativa para ingressar na universidade e 20% ainda são indecisos quanto à utilização deste recurso. Será que ainda não estamos todos impregnados de preconceitos até com as próprias políticas reparatórias?

De acordo com Munanga (2004) para quem as políticas de ação afirmativa encontram resistência em uma parcela da população, qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista como a sociedade brasileira. Podemos dizer que é algo que vem progredindo, mas ainda é necessário abordar esta temática na escola, devido à falta de informação.

As políticas de ação afirmativa, voltadas ao acesso às IES, visam à criação do sistema de cotas para um público específico com o intuito de promover uma reparação histórica voltada principalmente ao público de classes minorizadas. Essas políticas são necessárias, no entanto, não devem ser permanentes; é preciso que a sociedade equalize sua estrutura e invista na educação pública de qualidade com acesso garantido para todos (IOSIF, 2007).

Um último questionamento procurou conhecer se as políticas de ação afirmativa são efetivas em solucionar as dificuldades de estudantes de escolas públicas para ingressar em universidades. Os dados foram tabulados e seguem na Figura 8.

Figura 8 - Efetividade das políticas de ação afirmativa para ingressar nas IES



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Observamos que 40% dos investigados afirmam a efetividade das políticas de ação afirmativa na solução de problemas com relação ao ingresso de estudantes das escolas públicas nas IES, mas 35% não acreditam nesta solução e 20% afirmaram que parcialmente solucionaria estes problemas; contudo devemos continuar com estas políticas promovendo a equidade.

Munanga (2004) defende que as políticas de ação afirmativa são caminhos que o país necessita trilhar, considerando que, historicamente, os negros foram desfavorecidos quanto ao ingresso e permanência à educação de qualidade, o que influencia na obtenção de baixos índices de negros que chegam e concluem o

Ensino Superior. Talvez a política de cotas não seja a única medida de reparação e efetividade na solução do problema, mas é um avanço significativo que pode minimizar essas desigualdades historicamente construídas.

Considerações finais

No intuito de investigar as percepções dos estudantes de uma escola pública mato-grossense sobre políticas de ação afirmativa voltadas para o ingresso de estudantes negros na universidade, este estudo procurou compreender a realidade local e refletir sobre a importância de abordar a temática para que os estudantes tenham esclarecimentos sobre tais ações reparatórias.

A observação das características dos investigados denota que estão inseridos no contexto social no qual se percebem dificuldades de participação na sociedade e ascensão profissional em detrimento das questões tidas como raciais. Verificou-se que ampla maioria já presenciou situações de racismo, menos da metade conhece alguma política de ação afirmativa, menos da metade deles utilizaria política de cotas ou as consideram efetivas para o acesso de jovens afrodescendentes no Ensino Superior.

Nota-se que esclarecimentos acerca do tema precisam estar presentes nas escolas brasileiras. As políticas de ação afirmativa se definem como políticas públicas voltadas à concretização dos princípios constitucionais da igualdade material, a neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem.

Essas medidas visam a combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, passa a ser naturalizada. No entanto, na condição de humano sabemos que somos sujeitos a transformar o mundo e não a nos adaptar a ele; considerando o inacabamento do ser humano, é necessário que estejamos sempre abertos a rupturas de paradigmas e, principalmente, à ruptura do preconceito imerso em nossa existência.

Logo, ainda precisamos avançar nas discussões dessa temática e na implantação de políticas de ação afirmativa, até mesmo para esclarecer e informar as ações reparatórias existentes em um país que possui uma dívida histórica para com os negros e índios. Não obstante, faz-se precisa e necessária a

elaboração de novas políticas de reafirmação social assim como a disseminação do debate crítico sobre temas de racismo estrutural, seja ele velado ou evidente.

Referências

CAMPOS, Pablo Jaime Edir. **Ações afirmativas como estratégia de combate às desigualdades raciais e promoção da dignidade**. ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009.

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1999.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Estudos De População**. Campinas: UNICAMP, 2002

DIANGELO, Robin. **Não Basta Não Sermos Racistas. Sejamos Antirracistas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme; NETTO, Menelick de Carvalho. **Ruy Barbosa e a Queima dos Arquivos: as Lutas Pela Memória da Escravidão e os Discursos dos Juristas**. Universitas JUS, v. 26, n. 2, p. 23-39, 2015.

Disponível em:
<<https://www.publicacoes.uniceub.br/jus/article/viewFile/3553/2822>>.
Acesso em 08. Jan. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IOSIF, R. M. G. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil**. 2007. 310f. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2000.

Disponível em:<http://www.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-142/21206> . Acesso em: 05 novembro.2020.

IBGE. **Contínua Educação 2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais 2018. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/liv101681_informativo.pdf>

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. **MERITUM** - Belo Horizonte - v. 7 - n. 1 - p. 355-387 - jan./jun. 2012

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4,

n. 2, p. 31-43 jul./dez. 2001.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VELLOZO, Júlio César de Oliveira; ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O pacto de Todos Contra os Escravos no Brasil Imperial**. Rev. Direito Práx. vol.10 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000302137> Acesso em: 04. Jan.2021.

XAVIER, Solange Procópio. **Relações raciais e políticas de ação afirmativa para a população negra no Brasil**, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) –Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

Recebido em: janeiro de 2021

Aceito para publicação em: maio de 2021